

A contratação de jovens e crianças na indústria de Santa Cruz do Sul: o caso da Mercur entre anos de 1924 e 1970

*The contracting of children and youth in the industry of Santa Cruz do Sul:
the case of Mercur between the years of 1924 and 1970*

Fernando Porto Ataíde

Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC – Santa Cruz do Sul – Rio Grande do Sul - Brasil

Resumo: O presente texto busca investigar o processo de contratação de crianças e jovens na indústria do município de Santa Cruz do Sul, entre os anos de 1924 e 1970, a partir de um estudo focado nos dados cadastrais dos trabalhadores da empresa Mercur, indústria de artefatos de borracha. Considerou-se como principal fonte de pesquisa o banco de dados criado a partir das informações contidas nas fichas de Registro de Funcionários, além desta, buscamos cruzar os dados quantitativos com outras fontes documentais como documentos e depoimentos orais de ex-trabalhadores. Revelou-se, nesse sentido, um processo onde a força de trabalho de crianças e jovens era muito requisitada pela indústria e fomentada pelas famílias devido as necessidades de subsistências. Por outro lado, ao longo do período estudado, vemos um processo de adequação as leis trabalhistas de 1943 por parte da empresa o que resulta em uma mudança, ainda que parcial, no perfil dos trabalhadores menores de 18 anos.

Palavras-chave: Santa Cruz do Sul. Trabalho infantil e juvenil. Indústria.

Abstract: The present paper seeks to investigate the process of contracting children and young people in the industry of the municipality of Santa Cruz do Sul, between the years of 1924 and 1970, based on a study focused on the cadastral data of the workers of the company Mercur, eraser. It was considered as the main source of research the database created from the information contained in the records of Employee Registry, in addition to this, we sought to cross-reference the quantitative data with other documentary sources such as documents and oral testimonies of ex-workers. In this sense, it was revealed that the labor force of children and young people was much sought after by industry and fostered by families because of subsistence needs. On the other hand, throughout the studied period, we see a process of adjustment of the labor laws of 1943 by the company which results in a change, although partial, in the profile of workers under 18 years.

Keywords: Santa Cruz do Sul. Child labor and youth. Industry.

1 Introdução

A presença do trabalho infantil e jovem está sendo em grande parte superado nestas últimas décadas no Brasil. Porém, o processo de erradicação do uso da força de trabalho infantil e jovem ainda se faz recente e resulta de um longo processo de regularização do trabalho, reivindicações operárias e de priorização do ensino escolar ocorridas ao longo do século XX. O emprego de indivíduos pode ser compreendido ao analisarmos o processo de industrialização e o subsequente processo de proletarianização de indivíduos no Brasil e seu emprego em ambientes fabris que existiram ao longo do século XX.

Este artigo tem como temática o estudo dos trabalhadores menores de 18 anos contratados pela Mercur, empresa fundada em 1924 em Santa Cruz do Sul-RS, que se mantém até os dias atuais como uma indústria de produtos direcionados à educação e saúde.

Santa Cruz do Sul é um município localizado na parte central do território do Rio Grande do Sul, situando-se a 155 Km (oeste) de Porto Alegre e a 142 Km de Santa Maria. Está localizado na região do Vale do Rio Pardo, fazendo limites com os municípios de Vera Cruz, Rio Pardo, Sinimbu, Venâncio Aires, e Passo do Sobrado. O município tem sua origem histórica no ano de 1849 quando foi criada e povoada por imigrantes germânicos a Colônia Santa Cruz. (MARTIN, 1979) Desde sua fundação, a colônia dedicou-se, dentre outros gêneros primários, ao plantio e beneficiamento de fumo (VOGT, 1996). A partir da década de 1960, e mais fortemente na década de 1970, inaugura um período acentuado de internacionalização da indústria do tabaco em Santa Cruz do Sul (VOGT, 1994, p.81). Essa nova conjuntura de desenvolvimento econômico e industrial, possivelmente, refletiu no perfil da mão de obra disponível na Mercur.

Uma das bases mais profícuas de análise histórica da formação da classe operária são os arquivos de empresas, sobretudo aqueles ligados ao setor de recursos humanos. Embora muitas das

empresas não possuam estes arquivos, devido à má conservação, desinteresse em preservá-los, ou mesmo devido a própria inexistência de registros formais, existem como no caso deste trabalho, possibilidades em acessá-los. (LOBO, 2011, p.209).

A documentação encontra-se no arquivo morto do setor de Talentos Humanos da Mercur e é a principal fonte de informações a respeito dos trabalhadores da empresa. A partir dessa documentação cadastral dos trabalhadores foi possível criar um censo do período entre 1924 a 1970.

Foram sistematizadas informações de 2.230 fichas de Registros de Funcionários (REs), através de um banco de dados criado no software Excel. Os REs possuem Número da série, Nome e sobrenome, Idade, Data de Nascimento, Fotografia, Data da Admissão, Data da demissão, Cargo, Salário, Nacionalidade, Endereço, Lugar de nascimento, forma de pagamento, acidentes, período de férias e observações a respeito da conduta do funcionário. A partir do banco de dados, efetuamos o cruzamento usando do programa *Tableau Public*, e obtivemos outras informações, como a de que, no período entre 1924 e 1970, a maioria dos trabalhadores da empresa Mercur eram homens, 59% (1301), já as mulheres, correspondem a 41% (928).

A partir dessa primeira análise verificamos que grande parte dos trabalhadores, sejam homens e mulheres, foram contratados dentro de uma faixa etária de 14 e 29 anos, mais especificamente, a mão de obra feminina era visada até completar 18 anos. Já os homens, apresentam uma maior variação no que diz respeito a idade ao serem contratados, contudo a admissão encontra-se em progressão até os 29 anos. Ao todo, foram encontrados 530 trabalhadores menores de 18 anos, o que corresponde a 24% do universo de 2.230 trabalhadores registrados pela empresa no período. Ou seja, quase $\frac{1}{4}$ da mão de obra empregada era de mão de obra infantil e/ou jovem, e esse dado justifica a análise detalhada dessa parcela dos trabalhadores.

Além destas fontes, foram utilizadas neste artigo documentos e entrevistas de ex-trabalhadores,

e fontes jornalísticas, nomeadamente o jornal Gazeta do Sul.

Além da introdução e das considerações finais, o artigo está organizado em quatro seções. Na primeira buscamos compreender o processo de construção social e histórica da infância e a inserção da criança e de jovens no mundo do trabalho. Na segunda seção focamos na mão de obra infantil e jovem empregada na Mercur, acompanhando o desenvolvimento da empresa. Em seguida, analisamos mais detidamente esse processo abordando as faixas etárias e como, através das contingências históricas e mudanças ocorridas nas legislações trabalhistas, a contratação de trabalhadores se desenvolve. Por último, abordamos o resultado desse processo legal, através da diminuição da contratação de mão de obra infantil e, como os jovens, foram direcionados à profissionalização como forma de mantê-los inseridos no mercado de trabalho.

2 Jovens e crianças no mercado de trabalho: uma construção social

Os conceitos de infância e juventude são construtos sociais e históricos, que são compreendidos tendo como referência o contexto em que os termos começaram a ser utilizados. Nesse sentido, se fizermos algum tipo de comparação com a situação social de um indivíduo entre 12 e 14, trabalhador da indústria no início do século XX no município de Santa Cruz do Sul, com um indivíduo da mesma idade nos dias de atuais poderíamos cometer um anacronismo.

A visão atual que se tem sobre a infância e a juventude é fruto de mudanças de visões que se constituíram historicamente e que, logicamente, foram benéficos para o desenvolvimento humano, social, biológico e físico do início da vida de qualquer cidadão. Essas mudanças foram elaboradas e incentivadas a partir de vários setores da sociedade, seja através das lutas das classes operárias, a partir da produção científica, sobretudo na área da saúde, da psicologia e da pedagogia. Junto a isso, a

incorporação pelo estado das demandas advindas da sociedade, remontam a ascensão da classe burguesa europeia no século XVIII – e uma nova concepção de família – até o pós-segunda Guerra Mundial, quando ocorreu a internacionalização dos direitos das crianças, constituindo esta fase da vida como um período que requer a proteção dos adultos e do Estado. (MARIN et al, 2012).

Outro aspecto que deve ser problematizado, pois afeta significativamente a compreensão que temos sobre infância e juventude bem como as outras fases da vida, é a discussão acerca da idade. Para Scott (2016, p.17), a idade e, principalmente as fases da vida, como a infância e a velhice, são intimamente relacionáveis com a expectativa de vida ao longo da história. Apoiado em Boudier, Scott afirma que, “os progressos no cuidado da saúde, o declínio da mortalidade, o aumento da esperança de vida havia causado impactos importantes” na própria definição de idade.

Desse modo, para além da idade ser um conceito meramente cronológico, e que usamos para medir o curso de nossa vida, ela é histórica e rompe com a seu significado fisiológico/biológico. A idade é “uma construção social e cultural. Em outras palavras, varia do ponto de vista temporal, espacial, cultura, como também se refere a categorias definidas com base na legislação (laica/eclesiástica), que pode variar, dependendo do local e/ou época.” (SCOTT, 2016, p. 23).

Os significados que se aglomeraram historicamente entorno dos conceitos como a infância, a juventude, e a passagem para a vida adulta, são na verdade construtos sociais e culturais. Para Scott (2016, p. 27), se em “sociedades agrárias tradicionais a esperança de vida ao nascer colocava-se entre os 20 e 25 anos”, é aceitável que, se a expectativa era viver menos de 30 anos, “a noção de maior de idade ou menor de idade fosse muito diferente da que temos hoje em dia”.

Nesse contexto das sociedades tradicionais que analisar as relações geracionais e as necessidades das próprias famílias: numa situação como a que referimos, filhos adultos e adolescentes contribuem para o esforço de

trabalho e a poupança da família, muito embora eles desenvolvam suas próprias necessidades e preferências. (SCOTT, 2016, p.31)

A diferença entre o entendimento que se tem por infância atualmente e na primeira metade do século XX em espaços de características rurais e agrárias no Rio Grande do Sul, é explicitada por Weimer (2016, p362-386). O historiador da voz a pessoas que viveram sob uma cultura onde, a criança e o jovem estavam inseridos em um contexto em que, o que contemporaneamente é considerado como trabalho infantil, estava completamente integrado na noção de subsistência em unidades de produção familiar, ou seja, a sobrevivência das famílias dependia da “ajuda” dos filhos para com os pais. O trabalho é, sim, entendido como “duro e dificultoso”, mas também constituía fonte de aprendizados significativos. Da frágil força da criança, aliada a maior força dos pais, dependia a sobrevivência do núcleo familiar:

O emprego do trabalho infantil não deve ser observado a partir de olhares anacrônicos que o rejeitam como uma crueldade ou exploração indevida; pelo contrário, no caso em tela, necessita ser entendido como uma característica estrutural da produção camponesa e como meio de aquisição de competências para a idade adulta dotado de uma valorização própria. Sem o aporte da labuta infantil, o núcleo familiar passaria fome. (WEIMER, 2016, p. 366)

O trabalho da criança e do jovem, é, na concepção das populações rurais que Weimer apresenta, além de uma forma de integrar a criança no mundo do trabalho através da ajuda dos pais, possui uma dupla dimensão: a inserção do jovem na vida adulta, em que ele irá desempenhar o mesmo trabalho do pai e da mãe, mas também de sobrevivência. (WEIMER, 2016, p. 382).

Em contexto parecido, *Os colonos do vinho*, de Santos (1984, p. 45) evidencia a inserção da criança no contexto do mundo do trabalho dos pais como uma forma da criança internalizar a importância como meio de ganhar a vida. Para o autor, “a iniciação da criança como personagem da divisão social do trabalho ocorre na própria unidade de produção” e

mais tarde, os jovens passam a desempenhar tarefas de adultos. Uma forma de incentivo desse processo é apresentada pelo autor, segundo ele os colonos presenteavam os filhos com uma “enxadinha”, não os obrigando a trabalhar, mas conseqüentemente eles iam para a roça.

É bem verdade que o presente trabalho trata da mão de obra infantil e juvenil empregada na indústria, contudo, é neste contexto de áreas coloniais, onde predominam propriedades onde o trabalho é em grande parte efetuado pelo núcleo familiar (pais e filhos), localiza-se o município de Santa Cruz do Sul, no qual a empresa Mercur está situada. Dessa forma, a família rural que possui sua forma de subsistência vinculada ao trabalho de todos os seus membros, ao migrar para áreas urbanas conserva as mesmas características, contudo, agora dentro de uma outra lógica do trabalho: a industrial. Estes núcleos urbanos, como é o caso de Santa Cruz do Sul, que se constituiu a partir do sinal do século XIX e ao longo do século XX como um dos focos industriais do Rio Grande do Sul, recebe grandes contingentes populacionais, sobretudo de regiões rurais, sejam elas de pequenas propriedades ou mesmo de grandes propriedades agrícolas. (GODINHO, 1980, p. 29).

Nesse sentido, os núcleos urbanos industrializados são uma zona de confluência de interesses de industriais que incorporam mão de obra sem escolarização e barata; do estado que precisa dar um destino às crianças e jovens, e fomenta a ida desses ao mercado de trabalho e criando escolas técnicas; e por fim das famílias, que,

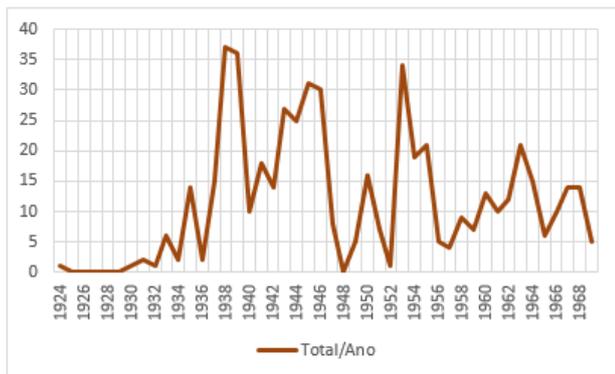
sobrecarregadas com as dificuldades de garantir a sobrevivência no dia-a-dia, via-se aliviadas ao transferir a responsabilidade pela manutenção/educação de seus filhos, certa de que estes teriam melhores oportunidades para serem transformador em homens trabalhadores. (RIZZINI, 1996, p. 32).

3 A mão de obra infantil e juvenil no contexto da Mercur

Nesta seção tratamos detidamente desta parcela de trabalhadores. Entendemos que seu

estudo se faz necessário para compreendermos mais a fundo uma das faces do perfil do trabalhador da Mercur. Para isso, iniciamos com a apresentação do gráfico 01, que explora a evolução da contratação de trabalhadores menores de 18 anos. É possível visualizar a grande quantidade de jovens e crianças empregadas na Mercur. A mão de obra de pessoas com idade até 18 anos foi uma parcela considerável empregada nessa indústria da borracha.

Gráfico 1: Menores de 18 anos contratados pela Mercur (1924 - 1969).



Fonte: Registros de Empregados (Arquivo Mercur).

Ao todo, foram 530 trabalhadores menores de 18 anos contratados no período entre 1924, início das atividades da Mercur, e o ano 1969, data na qual é admitida a última pessoa menor de 18 anos, o que corresponde a 24% do universo dos 2.230 trabalhadores registrados pela empresa no período.

Menores de 18 anos constituíram parcela significativa da força de trabalho utilizada pela indústria brasileira e gaúcha. O censo de 1920 indicou que trabalhavam na indústria da cidade de Rio Grande (RS), “um total de 1.357 menores de 20 anos”, sendo que destes “233 eram meninos ou jovens”. Em Pelotas, 1.214, sendo que desses 218 eram meninos e apenas 20 meninas. Segundo Loner (2001, p.68) “os meninos distribuíam-se de forma mais ou menos igualitária pelos diversos ramos fabris enquanto as meninas e jovens se concentravam nos mesmos ramos definidos para as mulheres adultas”. (LONER, 2001, p. 68).

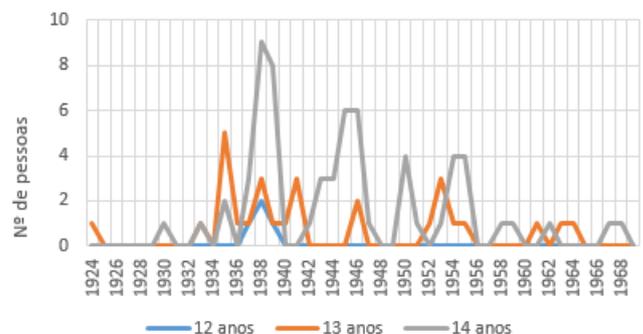
A presença jovem empregada na indústria tem sua motivação balizada em um aspecto principal: a sua disponibilidade, já que as regiões

desenvolvidas industrialmente acabam por atrair este tipo de mão de obra que também é migrante. (GODINHO, 1980, p.29). O jovem é, neste contexto, uma mão de obra disponível e sem especialização, o que se encaixa na lógica da maquinofatura fabril que não exige tal característica. Com isso, o trabalho nas linhas de produção e até mesmo em outros setores da empresa, como no administrativo, permitia que trabalhadores sem avantajada força muscular fossem empregados, o que foi o caso da mão de obra infantil. (LAZZAROTTO, 1981, p. 124).

No período focado, pudemos visualizar o aparecimento de jovens com idade de 12, 13, 14, 15, 16, 17 e 18 anos em todas as décadas. Portanto, em todas as fases de desenvolvimento da empresa, constam pessoas com este perfil trabalhando. Como forma de organizar e facilitar a visualização dos dados, separamos esse conjunto de trabalhadores em três grupos de idade: o primeiro, compreende os trabalhadores de 12 a 14 anos; o segundo, de 15 e 16 anos e; o terceiro, integrado apenas com trabalhadores de 17 a 18 anos.

O primeiro grupo – entre 12 e 14 anos de idade – possui características parecidas entre si: é no período entre 1936 e 1946 que boa parte dos trabalhadores que fazem deste conjunto são contratados. Percebemos, também, que há uma diminuição na contratação de pessoas de 13 e 14 anos nos anos finais do período analisado. A respeito disso, apresentamos o gráfico 02.

Gráfico 2: Trabalhadores entre 12 e 14 anos de idade contratados pela Mercur (1924-1969).

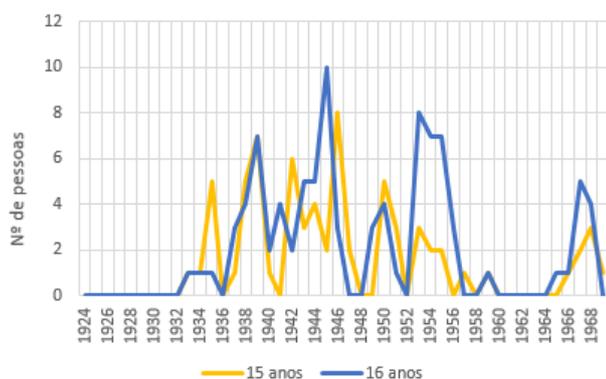


Fonte: Registros de Empregados (Arquivo Mercur).

Encontramos 4 trabalhadores com 12 anos, 28 com 13 anos e 63 com 14 anos, exercendo atividades laborais na empresa no período entre 1924 e 1970. Os picos de contratação de trabalhadores que consideramos como infantis, são encontrados no ano de 1937, para os de 12 anos; em 1935, para os de 13 anos e; em 1939, para os de 14 anos.

O segundo grupo - formado por trabalhadores na faixa etária entre 15 e 16 anos - reproduz, basicamente, a mesma tendência verificada no gráfico 03.

Gráfico 3: Trabalhadores entre 15 e 16 anos de idade admitidos pela Mercur (1924-1969).

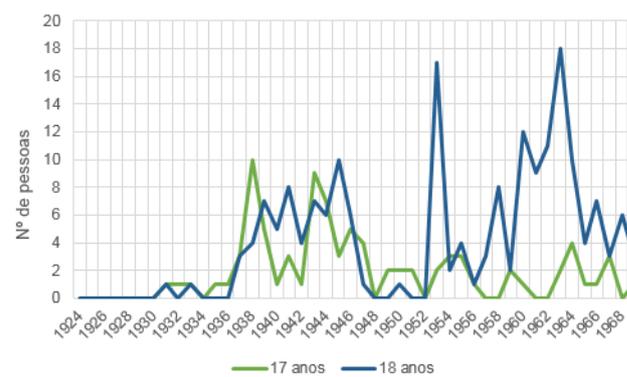


Fonte: Registros de Empregados (Arquivo Mercur).

O gráfico 03 mostra ter havido uma tendência de contratação de jovens entre 15 e 16 anos a partir da metade da década de 1930, quando se deu a primeira fase de expansão capitalista da empresa, o que também tinha ocorrido como o grupo da faixa etária analisada no gráfico 10. Porém, diferentemente dos dados projetados para o grupo entre os 12 e 14 anos, os jovens entre 15 e 16 anos possuíam uma presença maior no período todo. Contudo, apesar dessa permanência, eles também apresentaram uma tendência de queda com o passar dos anos. A maior queda ocorreu em 1946/1947, logo após findar a Segunda Guerra Mundial. Já entre 1960 e 1964, zeraram-se as contratações de trabalhadores na faixa dos 15 e 16 anos de idade, sendo retomadas após a implantação da ditadura militar no Brasil. Há, no que diz respeito às idades abordadas no gráfico 03, 70 trabalhadores com 15 anos e 93 trabalhadores com 16 anos.

Já o gráfico 04, que compreende o grupo de trabalhadores com idades de 17 e 18 anos, revela uma característica importante para se entender o perfil do jovem contratado pela empresa. A maior parte dos jovens de 17 anos foi contratada num período de dez anos (entre 1936 e 1946) e sua presença, assim como das idades inferiores, decaiu conforme os anos decorreram.

Gráfico 4: Trabalhadores entre 17 e 18 anos de idade contratados pela Mercur (1924-1969).



Fonte: Registros de Empregados (Arquivo Mercur).

Já a contratação de trabalhadores com 18 anos, diferentemente da faixa entre 12 e 17 anos, elevou-se conforme a empresa se desenvolveu. Há uma forte presença deles entre os anos de 1936 e 1946, porém, diferentemente das idades anteriores, a contratação de trabalhadores com 18 anos elevou-se novamente a partir de 1953, seguindo uma tendência de desenvolvimento da empresa, e se manteve nos anos seguintes como um perfil a ser contratado pela Mercur. Há, neste período, 86 trabalhadores com 17 anos e 184 (o maior número) com 18 anos de idade admitidos.

Tendo este cenário visualizado, elaboramos alguns questionamentos para que possamos entender os motivos para a elevação e decréscimo da contratação da força de trabalho infantil e jovem em determinados momentos do período focado. Qual o motivo para o decréscimo da contratação de trabalhadores entre 12 e 17 anos a partir da segunda metade da década de 1940? O que gerou a elevação da contratação de trabalhadores com 18 anos nas décadas de 1950 e 1960? Qual era o perfil da mão de

obra entre 12 e 18 anos contratada pela Mercur e para que cargos eram contratados?

Santa Cruz do Sul caracterizou-se no período como um município onde grande parte das unidades produtivas de gêneros agrícolas tinha sua força de trabalho composta por membros da própria família. Nesse contexto, a criança também é considerada como um membro capaz de contribuir para a geração de renda e até para subsistência da própria família. Com o processo intenso de migração do campo para a cidade, ocorrido sobretudo a partir dos anos 1940, um grande contingente de pessoas veio para a área urbana de Santa Cruz do Sul, o que pode ser verificado através dos levantamentos demográficos realizados pelo IBGE.

Tabela 1: População Rural e Urbana de Santa Cruz do Sul (1940-1980).

Ano	População Rural	%	População Urbana	%	Total
1940	48.926*	88,9	6.115	11,1	55.041
1950	53.983*	77,5	15.712	22,5	69.695
1960	54.821*	71,3	22.026	28,7	76.854
1970	53.730	61,9	33.076	38,1	86.806
1980	44.541	44,7	55.096	55,3	99.637

* Nestes dados a população de Vera Cruz está incluída, visto que se emancipou em 1959.

Fonte: IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) Censos Demográficos.

Observa-se que no período da década e 1950, a população urbana mais do que duplicou em relação a década anterior 1940. O aumento populacional certamente ocorreu, não como resultado da natalidade interna, mas a partir de processos de evasão populacional de áreas rurais de municípios vizinhos ou mesmo de localidades de Santa Cruz do Sul.

Muitos desses migrantes eram crianças que mudavam com seus pais e parentes. São inúmeros os casos de famílias inteiras fichadas nos REs do setor de recursos humanos da Mercur. Esse dado pôde ser apreendido quando observamos, além do sobrenome, o campo de preenchimento a respeito da filiação do empregado. Como as fichas são organizadas por ordem alfabética e consideram o sobrenome como forma de organização, os trabalhadores que são parentes ficam todos aglutinados. Conseguimos detectar pelo menos 73

famílias com mais de dois membros trabalhando na empresa no período entre 1924 e 1970. Há casos, como o da família Fanfa, em que cinco membros do grupo familiar trabalharam na Mercur entre as décadas de 1940 e 1950.

Tabela 2: Família Fanfa: trabalhadoras em família.

Matrícula	Nome	Sobrenome	Sexo	Admissão	Idade na Data de Admissão	Município de Origem	Cargo
129	Neci	Fanfa	Feminino	12/09/1941	13,15	Santa Cruz do Sul	Servente
NE	Maria	Fanfa	Feminino	28/07/1942	30,38	Rio Pardo	Servente
410	Noeli	Fanfa	Feminino	04/06/1945	14,07	Santa Cruz do Sul	Servente
1248	Nilse	Fanfa	Feminino	07/05/1953	15,68	Santa Cruz do Sul	Servente
687	Noemi	Fanfa	Feminino	20/05/1950	14,59	Santa Cruz do Sul	Aprendiz

Fonte: Registros de Empregados (Arquivo Mercur).

Maria Fanfa possivelmente tenha emigrado de Rio Pardo para Santa Cruz do Sul. Sua filha Neci conseguiu emprego na Mercur com 13 anos de idade, logo em seguida a própria Maria foi empregada e suas filhas Noeli, Nilse e Noemi empregaram-se com idade abaixo de 16 anos.

Há também o caso da família de Sá Bernardes, também migrante de Rio Pardo, e composta por uma mãe e três filhos.

Tabela 3: Família De Sá Bernardes: trabalhadoras em família.

Matrícula	Nome	Sobrenome	Sexo	Data de Admissão	Idade na Data de Admissão	Município de Origem	Cargo
429	Ediia	de Sá Bernardes	Feminino	10/06/1945	23,66	Rio Pardo	Servente
422	Idalino	de Sá Bernardes	Masculino	18/06/1945	24,66	Rio Pardo	Servente
499	Zanira	de Sá Bernardes	Feminino	05/12/1945	46,00	Rio Pardo	Servente
532	Maria	de Sá Bernardes	Feminino	21/02/1946	15,48	Rio Pardo	Servente

Fonte: Registros de Empregados (Arquivo Mercur).

Corroborando com os dados expostos por Godinho (1980, p. 29), nas décadas de 1940 e 1950 há um “saldo positivo de migrantes de 15 e 19 anos” que “está associado ao fato de serem elementos em busca de trabalho e por isso atraídos pelas indústrias da cidade que apresentavam possibilidade de absorver mão de obra especializada”, e em decorrência disso, “acredita-se que o saldo positivo de pessoas de 45-54 e 65 anos ou mais, deve estar ligado ao processo de migração ou pode ainda se referir a pais ou parentes dos jovens de 15 a 19 anos que para aí migraram”. O contexto geral levantado pela autora abrange o caso das famílias acima, pois, são duas famílias que migraram para Santa Cruz do

Sul, possivelmente de áreas rurais, e que inicialmente os filhos foram os primeiros contratados pela empresa, e logo em seguida vieram os pais.

A respeito de famílias inteiras empregadas na indústria, muitas vezes na mesma fábrica, Decca justifica que:

De qualquer forma, nas famílias operárias do período, sempre que possível, meninos e meninas, por volta dos trezes, catorze anos, começavam a trabalhar fora de casa, contribuindo decisivamente para o orçamento familiar. Segundo alguns, mesmo nas “classes médias” o trabalho dos garotos não podia ser dispensado, estes muitas vezes ajudando suas mães no pagamento do aluguel da casa. (DECCA, 1987, p. 25).

Uma característica observada foi a de que, principalmente na faixa etária entre 12 e 17 anos, o maior nível de contratações se deu no período entre a metade da década de 1930 e 1940. Nas décadas seguintes (1950 e 1960), a contratação de trabalhadores dessa faixa etária declina. É possível que a formalização das Leis Trabalhistas tenha incidido sobre esse fenômeno.

A respeito dos trabalhadores com idade de 13 a 14 anos, estes podiam trabalhar desde que, segundo o art. 403 do **Decreto-Lei N.º 5.452, de 1º de Maio de 1943**, comprovassem e garantissem frequência no ensino escolar ao menos em nível primário, e fossem empregados em serviços de natureza leve, não “nocivos à sua saúde e ao seu desenvolvimento normal”. (CLT, 1943). A inexistência de trabalhadores ou aprendizes com 12 anos na Mercur nesta década pode ser explicada pelo veto deste perfil no ambiente fabril pelo Parágrafo único: “Considera-se aprendiz o trabalhador menor de 18 e maior de 14 anos, sujeito a formação profissional metódica do ofício em que exerça o seu trabalho.” O mesmo fator emprega-se às décadas posteriores desta análise: 1950 e 1960.

No caso dos trabalhadores contratados pela Mercur, e que possuíam mais de 14 anos, enquadrava-se a menina Lotty Elly Landesvatter, filha de um também funcionário, o imigrante alemão Guilherme Landesvatter. Lotty Elly foi contratada em 5 de abril de 1943, aos 14 anos e seis meses de

idade e trabalhou por cinco anos e nove meses na empresa como servente, recebendo mensalmente¹. O que o caso de Lotty revela é, na verdade, como foi possível de ser contratada. A figura 01 traz o documento assinado pelo seu pai autorizando-a trabalhar na empresa, o que ocorreu certamente por ela ser menor de idade².

Figura 1: Autorização de Lotty Elly Landesvatter a trabalhar na Mercur.



Fonte: Acervo Landesvatter.

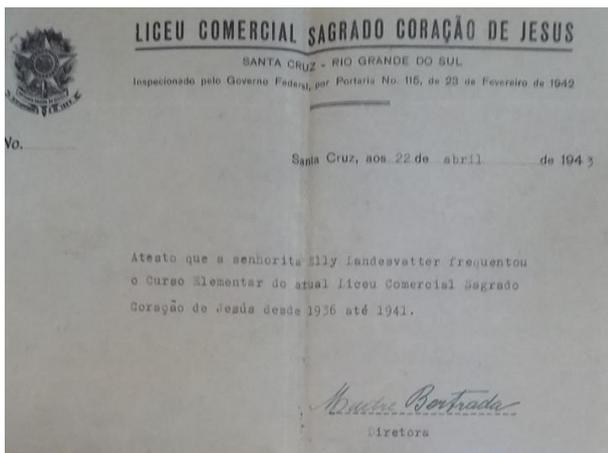
O documento com o timbre da empresa Hoelzel e Cia. Ltda, razão social da Mercur, diz o seguinte: “Autorizo minha filha Lotti Elli, com 14 anos de idade, a trabalhar na firma Hoelzel & Cia. Ltda. Santa Cruz do Sul, 5 de abril de 1943.” O documento é assinado por Guilherme A. Landesvatter.

Outro documento assegura que Lotty Elly frequentou e formou-se no Liceu Comercial Sagrado Coração de Jesus, ou seja, enquadrava-se no perfil de jovem com certo grau de escolarização. O documento (figura 02) tem o seguinte teor: “Atesto que a senhorita Lotty Elly Landesvatter frequentou o Curso Elementar do atual Liceu Comercial Sagrado Coração de Jesus desde 1936 a 1941”.

¹ São raros os trabalhadores de cargo servente que recebiam os salários mensalmente.

² O documento foi disponibilizado para cópia fotográfica pela sobrinha neta de Guilherme Landesvatter, moradora de Santa Cruz do Sul.

Figura 2: Atestado de estudante de Lotty Elly Landesvatter.



Fonte: Acervo Landesvatter.

O mesmo motivo que gerou a diminuição de pessoas menores de 18 anos a contratadas pela Mercur, possivelmente tenha aumentado o número de trabalhadores com 18 anos a partir de determinado momento (década de 1950).

Devido à demanda por mão de obra qualificada, com especialização em determinados ofícios levou o governo federal a decisões direcionadas à indústria.

O Senai criado especialmente para este fim em 1942, inseria-se, desta forma, num projeto mais amplo de industrialização do país, que demandava força-trabalho qualificada. No Rio Grande do Sul, funcionavam, no início da década de 1940, escolas de aprendizagem industrial vinculadas ao SENAI em Porto Alegre, Caxias do Sul, Novo Hamburgo e Rio Grande, os maiores centros fabris da época. (PESAVENTO, 1986, p. 90).

É, portanto, a partir da criação do Senai, e da instituição das Leis Trabalhistas, que o trabalho infantil começa a ser erradicado, permanecendo no âmbito da indústria o trabalhador juvenil que, na condição de aprendiz, estava sujeito à formação profissional metódica.

Porém, a realidade era diferente do que a CLT impunha, embora através dos gráficos anteriores podemos observar as mudanças no perfil dos jovens contratados. Sobre o critério da idade para ser contratado, o ex-funcionário da Mercur, Luiz Fernando Vogt, enfatiza que se os critérios de

contratação fossem o nível de escolaridade certamente a empresa não contrataria ninguém:

É que naquela época tinha muita gente analfabeta. Tinha gente que entrava lá e não sabia nem ver as horas. Foi uma época muito remota. Eles não exigiam nada. Também se exigissem não teria ninguém (trabalhando). (LUIZ FERNANDO VOGT, 2018).

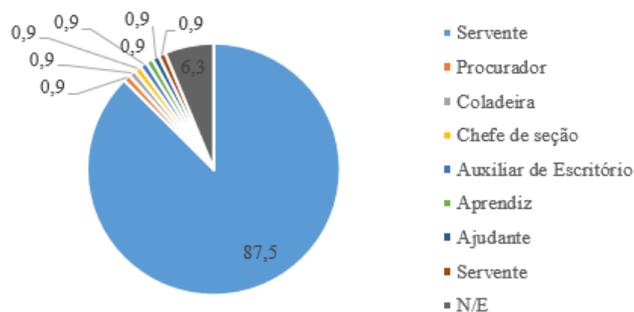
A contratação de pessoas em idade infantil pela empresa Mercur, refaz um contexto em que, de um lado a empresa necessitava de mão de obra, e paralelamente havia uma grande disponibilidade de menores de 18 anos a procura de emprego. Muitos deles eram migrantes de regiões rurais onde somavam-se aos adultos no trabalho, e que, ao migrarem para as áreas urbanas, foram direcionados aos empregos disponíveis. Acima destes estava o estado que a partir da década de 1940 iniciou uma série de políticas públicas, ora para limitar o emprego de menores nos ambientes fabris, mas também regular e profissionalizar essa parcela dos trabalhadores já existentes.

4 A profissionalização da mão de obra jovem

Uma rápida análise comparativa entre os gráficos 05, 06 e 07 pode revelar como o desenvolvimento da empresa e uma mudança de contexto a partir do final da década de 1940 acarretou numa mudança no perfil dos trabalhadores menores de 18 anos.

O primeiro gráfico apresenta o cargo dos menores de 18 na década de 1930. Do total de 112 trabalhadores, 98 (87%) são serventes, e apenas um se distingue dos demais como auxiliar de escritório. O cargo de procurador é ocupado por um membro da família Hoelzel, família à frente da empresa.

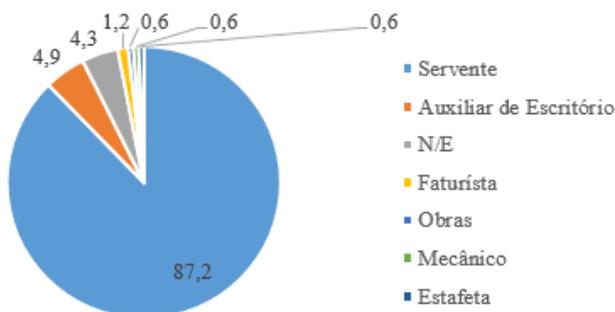
Gráfico 5: Cargo dos menores de 18 anos na década de 1930 na Mercur.



Fonte: Registros de Empregados (Arquivo Mercur).

A partir da década de 1940, os jovens começam a vislumbrar outros cargos para além do “chão de fábrica”. No total, são 164 menores de idade contratados. Desses, 143 (87%) são serventes, aparecendo 8 (4,9%) como auxiliares administrativos.

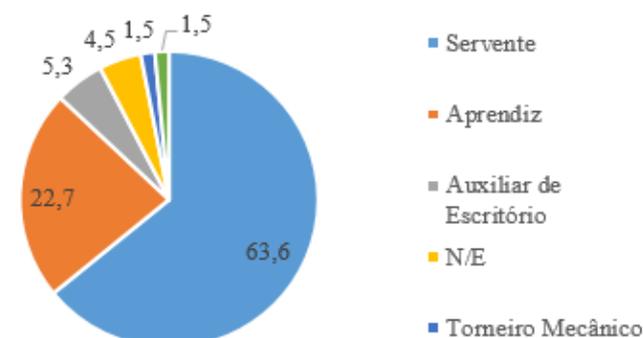
Gráfico 6: Cargo dos menores de 18 anos (%) – Década de 1940.



Fonte: Registros de Empregados (Arquivo Mercur).

A grande diferença ocorre na década de 1950, quando possivelmente as leis trabalhistas passavam a serem mais observadas. A partir de então, um maior número de trabalhadores passou a ser lotada em cargos como o de Aprendiz, com 30 pessoas (22,7%), e de Auxiliar de Escritório, com 7 (5,3%). A porcentagem de menores ocupando o cargo de serventes cai para 84 pessoas, ou seja, 63% dos contratados. Ver gráfico 7:

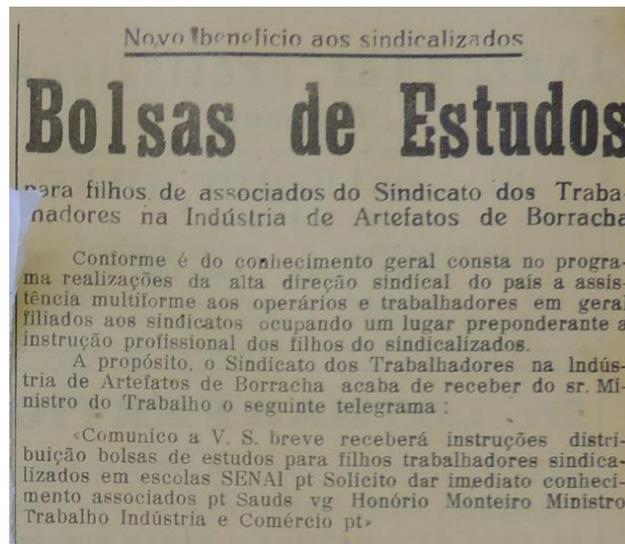
Gráfico 7: Cargo dos menores de 18 anos na Mercur na década de 1950.



Fonte: Registros de Empregados (Arquivo Mercur).

O próprio Sindicato dos Trabalhadores da Industria de Artefatos da Borracha (leia-se funcionários da Mercur) fomentava a profissionalização dos filhos de trabalhadores sindicalizados, conforme veicula o comunicado publicado no jornal Gazeta de Santa Cruz do dia 18 de maio de 1950. Este anúncio (figura 3) revela um dos pontos-chave para a compressão da inserção do menor e do jovem no mundo do trabalho industrial: o próprio sindicato incentivava a profissionalização dos filhos dos associados no Serviço Social da Industria.

Figura 3: Bolsa de estudos para filhos de trabalhadores da Mercur.

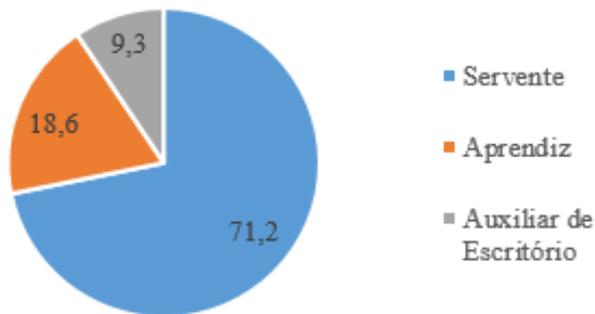


Fonte: Jornal Gazeta de Santa Cruz de 18 de maio de 1950, p. 4.

Na década de 1960, a tendência permaneceu a mesma, ou seja, os menores de 18 anos continuavam ocupando, em sua maioria (84), o cargo de servente (71,2%) e os demais ocupavam o cargo

de aprendiz, com 18,6% e auxiliar de escritório, com 9,3%. Nessa década contabilizamos um total de 118 trabalhadores menores de 18 anos contratados pela empresa.

Gráfico 8: Cargo dos menores de 18 anos na Mercur na década de 1960.



Fonte: Registros de Empregados (Arquivo Mercur).

Devemos considerar, também, que o cargo de aprendiz poderia ser um subterfúgio para empregar o menor de idade, já que o aprendiz, ainda que exercendo as mesmas funções que um trabalhador maior de 18 anos, recebia a metade do salário. Entretanto não havia ilegalidade nesse tipo de contratação, que estava em conformidade com os parâmetros legais dispostos na CLT. Brevemente a fala Luiz Vogt, contratado como aprendiz, lembra a característica salarial e do tempo de trabalho do aprendiz: “Era o horário de trabalho. Não tinha diferença nenhuma. O ordenado sim, mas o horário não”. (LUIZ FERNANDO VOGT, 2017).

5 Considerações finais

A presença de crianças e dos jovens na indústria de Santa Cruz do Sul, nomeadamente na empresa de beneficiamento Mercur foi significativa. Essa característica foi, possivelmente, uma tendência da indústria local no decorrer do século XX, e resultante de processos que ocorreram paralelamente: o fluxo migratório de famílias das áreas rurais e o advento de indústrias no núcleo urbano do município supracitado. Essa tendência foi, também, motivada por outros entes sociais como o sindicato que representava os trabalhadores da

empresa, bem como as entidades profissionalizantes do município.

Finaliza-se considerando que a partir da segunda metade do século XX ocorreu uma diminuição desse tipo de força de trabalho, e, paralelamente, essa mão de obra jovem é redirecionada para cargos que tinham como pré-requisito certos níveis de qualificação - o que remete ao contexto da normatização promovida pelas leis trabalhistas de 1943.

6 Referências

- CLT, 2013. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-5452-1-maio-1943-415500-publicacaooriginal-1-pe.html>
- DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo de. A vida fora das fábricas; cotidiano operário em São Paulo (1920/1934). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- GODINHO, Ruth et al. Estudos de População 6 – Santa Cruz do Sul. São Paulo: CEBRAP. SP. 1980.
- MOURA, Esmeralda Blanco B. de.; AREND, Silvia Maria Fávero. Um norte em comum: infância no sul do Brasil na produção historiografia brasileira. In: História das crianças no Brasil Meridional./ Organizadores José Carlos da Silva Cardozo et al. – São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2016.
- LAZZAROTTO, Valentim. Pobres construtores de riqueza. Caxias do Sul: EDUCS, 1981.
- LONER, Beatriz Ana. Construção de classe: operários de Pelotas e Rio Grande (1884-1930). Pelotas: Universidade Federal de Pelotas. Ed. Universitária: Unitrabalho, 2001.
- MARIN, Joel et al. O problema do trabalho infantil na agricultura familiar: o caso da produção de tabaco em Agudo-RS. RESR, Piracicaba-SP, Vol. 50, Nº 4, p. 763-786, Out/Dez 2012.
- MARTIN, Hardy Elmiro. Recortes do passado de Santa Cruz. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1999.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. História da indústria sul-riograndense. Guaíba, RIOCEL, 1985.
- RIZZINI, Irene; RIZZINI, Irma; HOLANDA, Fernanda Rosa Borges de. A criança e o adolescente no mundo do trabalho. Rio de Janeiro: USU, 1996. 210 p. (Série Banco de dados).

SANTOS, José Vicente Tavares do. Colonos do vinho. São Paulo, Editora Grafica Nagy Ltda, 1984

SCOTT, Ana Silvia Volpi. A história da infância, da juventude e da família: que caminhos percorrer?. In: História das crianças no Brasil Meridional./ Organizadores José Carlos da Silva Cardozo et al. – São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2016.

VOGT, Olgário. A Produção de Fumo em Santa Cruz do Sul, RS (1849 - 1993). Dissertação de Mestrado. Curitiba. UFPR, 1994.